

2018

Termos de Referência

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO
E REGENERAÇÃO URBANA



BRAGA
Município

www.cm-braga.pt

Índice

1.	A oportunidade de alteração do PDM	3
2.	Objetivos estratégicos e base programática	4
3.	Avaliação Ambiental Estratégia	5
4.	Conteúdo material e documental	6
4.1.	Conteúdos obrigatórios do Plano Diretor Municipal	6
4.2.	Documentos complementares	6
5.	Prazos de execução e faseamento dos trabalhos	7
6.	Constituição da Equipa Técnica e Acompanhamento	8
6.1.	Equipa Técnica	8
6.2.	Entidades de Acompanhamento	9

Vereação do Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade

Miguel Melo Bandeira

Direção Municipal do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

António Zamith Rosas

Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial

Miguel Mesquita (Engenheiro Civil)

Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana

Filomena Farinhas (Arquiteta – chefe de divisão)

Ana Fernandes (Gestão do Património)

Ana Paula Araújo (Geógrafa)

Filipe Vilas Boas (Arquiteto)

Inês Calor (Arquiteta)

Joao Paulo Cunha (Geógrafo)

José Cardoso (Arquiteto)

Martinha Rocha (Engenheira do Ambiente)

Nuno Jacob (Geógrafo)

Paulo Monteiro (Sistemas de Informação para a Gestão)

Teresa Cardoso (Arquiteta)

Fátima Maia (Assistente Técnica)

1. A oportunidade de alteração do PDM

1.1. A revisão do Plano Diretor Municipal de Braga foi publicada a 14 de outubro de 2015, através do Aviso n.º 11741/2015, no Diário da República n.º 201, 2ª Série, tendo sido estratégia municipal terminar um já longo processo de revisão do Plano Diretor Municipal aproveitando o período transitório previsto no n.º 2 do artigo 199º do Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

1.2. A esta data já foi alvo de uma alteração para atualização ordinária de condicionantes, em procedimento de depósito e publicação no Diário da República via plataforma SSAIGT. Esta atualização visou:

- a) Eliminação de canal de proteção non aedificandi para o lanço da EN 103 – Variante de Gualtar, entre o Nó do Hospital e o Nó Norte (Nó do Fojo);
- b) Atualização da jurisdição e servidão de troços de acesso, conforme solicitado pela Gestora Regional de Viana do Castelo e Braga das Infraestruturas de Portugal S.A.;
- c) Classificação como monumento nacional do Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra; Classificação de Interesse Público da Casa e Quinta das Lajes; Proposta de Reclassificação para Monumento Nacional do Santuário do Bom Jesus do Monte (ampliação); Proposta de Classificação de Interesse Público ou Interesse Municipal do Paço de Ançariz;
- d) Atualização das Cartas de Perigosidade de Incêndio Florestal;
- e) Atualização das Cartas de Áreas Ardidas.

1.3. Nos termos do artigo 199º do Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, importa agora, até 13 de julho de 2020, adaptar o conteúdo do Plano Diretor Municipal aos novos conceitos de solo urbano e solo rústico introduzidos pela Lei das Bases Públicas de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo – Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio – e concretizados na versão vigente do RJIGT e pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de Agosto.

1.4. Esta alteração por adaptação terá como principais efeitos:

- a) Eliminação da categoria de solo urbanizável;
- b) Reavaliação das áreas destinadas a expansão de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva face aos novos conceitos de reserva de solo e de edificabilidade;
- c) Aperfeiçoamento de normas regulamentares face a dois anos de aplicação, nomeadamente o regime de legalização.

1.5. Esta obrigatoriedade legal de adaptação do PDM proporciona igualmente a oportunidade para se dar continuidade à monitorização do território, nomeadamente através da metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica e da apresentação do 1º Relatório de Estado do Ordenamento do Território.

1.6. Num quadro de desenvolvimento sustentável, e acompanhando as alterações legislativas no âmbito da Paisagem, pretende-se que este procedimento prossiga com metodologia de planeamento participada assente da caracterização e delimitação das Unidades de Paisagem de Braga. Cremos que deste estudo paralelo poderão decorrer argumentos válidos para apoiar a tomada de decisão dos aspetos mencionados no ponto 1.4.

2. Objetivos estratégicos e base programática

2.1. Os objetivos estratégicos e o modelo de desenvolvimento territorial defendidos no atual PDM de Braga não serão revistos, quando muito aperfeiçoados. Mantêm-se portanto os 4 domínios estratégicos e respetivos objetivos específicos:

“Braga, um município onde queremos viver”

- Promover a Imagem da Cidade
- Reordenar o território (sem acréscimo da área total de solo urbano)
- Garantir a adequada programação da Ocupação Urbana
- Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal
- Conter a Dispersão
- Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos
- Proteger e valorizar o Sistema de Vistas
- Promover uma mobilidade sustentável
- Consolidar a Rede de Equipamentos

“Braga, um concelho que queremos visitar”

- Fomentar o Investimento Turístico nas diversas vertentes
- Renovar metas de crescimento Turístico visando o Turismo Global
- Fomentar o turismo como fator de desenvolvimento económico
- Incorporar estratégias de preservação e valorização do património
- Valorizar as Unidades de Paisagem
- Implementar um Plano de Imagem e Comunicação Concelhio
- Definir um modelo de cooperação em rede com os destinos mais próximos
- Otimizar a mobilidade turística

“Braga, Um Território Para Investir”

- Potenciar a atração de Empresas no Concelho
- Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial
- Modernizar as Áreas Industriais Existentes
- Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial
- Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C., etc.
- Aproximar o tecido empresarial do Aeroporto Sá Carneiro e Porto de Leixões

“Braga, Rumo à Centralidade Ibérica”

- Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI)
- Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supramunicipal
- Reforçar o papel da Cidade nos Domínios das T.I.C., Educação e Formação Profissional
- Reforçar as Vertentes histórica, cultural e turística

3. Avaliação Ambiental Estratégia

3.1. A decisão quanto à necessidade de proceder à avaliação ambiental nos termos dos números 5 e 6 do artigo 74º do RJIGT compete à Câmara Municipal.

3.2. O processo de alteração por adaptação à legislação em vigor em matéria de ordenamento do território pressupõe que o modelo de desenvolvimento territorial não sofra alterações significativas, pelo que novo momento de avaliação ambiental estratégica não se afiguraria obrigatória.

3.3. No entanto, considera-se que as novas definições de qualificação do solo, bem como as obrigações impostas aos municípios pela nova legislação, terão implicações indiretas no modelo de desenvolvimento territorial estabelecido.

3.4. Entende-se, portanto, oportuno sujeitar este procedimento de alteração por adaptação a Avaliação Ambiental Estratégica de modo a:

- a) garantir que a proposta de alteração ao PDM não colida com os desígnios do Município, mantendo-se a mesma visão e estratégia para o desenvolvimento Concelhio;
- b) atualizar o quadro de referência estratégico e o conjunto de indicadores;
- c) monitorizar em continuo as opções do plano, permitindo os ajustes necessários sempre que possível.

4. Conteúdo material e documental

4.1. Conteúdos obrigatórios do Plano Diretor Municipal

4.1.1. As alterações que decorrerão da adaptação do conteúdo do Plano Diretor Municipal aos novos conceitos de solo urbano e solo rústico incidirão essencialmente no conteúdo da Planta de Ordenamento e do Regulamento do Plano.

4.1.2. Alterações pontuais à Planta de Condicionantes poderão ocorrer em função da reclassificação de solo operada.

4.1.3. Em complemento ao atual Programa de Execução e Financiamento, poderão ser apresentados documentos de contratualização de encargos urbanísticos ou o programa de financiamento urbanístico mencionado no artigo 174º do RJIGT.

4.1.4. Por último, prevêem-se atualizações no Relatório Ambiental.

4.2. Documentos complementares

4.2.1. O 1º Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Braga encontra-se dividido em três partes: na primeira procede-se a uma análise das dinâmicas urbanas do concelho, tendo por base os estudos de caracterização da revisão do PDM 2015; na segunda é avaliada a execução do PDM em vigor tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para o Concelho com recurso a novos indicadores de monitorização; e na terceira apresenta-se breve abordagem à metodologia proposta para o processo de adaptação do PDM 2015 ao novo RJIGT suportado na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP).

4.2.2. A delimitação de Unidades de Paisagem, e respetiva caracterização e definição de objetivos de qualidade paisagística, pretendem contribuir para a literacia da paisagem, incorporando o contido na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2015 de 7 de julho, e o disposto no artigo 8º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

5. Prazos de execução e faseamento dos trabalhos

5.1. O prazo de execução do procedimento de alteração por adaptação não poderá ultrapassar a data limite imposta por lei, 13 de julho de 2020.

5.2. Nos termos do artigo n.º 119º do RJIGT o procedimento segue, com as devidas adaptações, o previsto para o procedimento de elaboração de plano diretor municipal, tendo ficado determinado que o Município de Braga pretende que todo o processo seja acompanhado pelas entidades com interesses específicos em função da localização, antes de se solicitar a conferência procedimental. O cronograma dos trabalhos ficará assim distribuído:

Processo	Data estimada	Processo	Data estimada
Proposta Reunião Câmara Pública - elaboração do plano	5/mar/18	Início do Período de Concertação (se necessário)	21/jun/19
Certidão da ata	12/mar/18	Término do Período de Concertação	21/jul/19
Solicitação de acompanhamento à CCDRN	12/mar/18	Apresentação da proposta a submeter a discussão pública	20/ago/19
Envio para publicação	14/mar/18	Envio para Reunião de Câmara	20/ago/19
Publicação DR	29/mar/18	Proposta Reunião Câmara Pública - abertura de discussão pública	23/ago/19
Início do período de sugestões	5/abr/18	Envio para DR, boletim municipal, comunicação social	27/ago/19
Reunião preparatória - Estabilização das entidades a consultar	3/abr/18	Publicação DR - discussão pública	11/set/19
CMB disponibiliza elementos na plataforma colaborativa	18/abr/18	Abertura da Discussão pública	18/set/19
Término do período de sugestões	20/mai/18	Término da discussão pública	2/nov/19
1ª proposta de alterações do plano (previamente concertada)	31/mar/19	Ponderação de resultados e resposta aos particulares	7/dez/19

Envio de proposta de deliberação para Reunião de Câmara	31/mar/19	Proposta Final	7/dez/19
Proposta Reunião Câmara Pública - solicitação de conferência procedimental	3/abr/19	Envio de proposta de deliberação para Reunião de Câmara	14/dez/19
Solicitação agendamento da conferência procedimental à CCDRn	8/abr/19	Reunião Câmara Pública	18/dez/19
CCDRn agenda conferência procedimental	23/abr/19	Assembleia Municipal Pública	30/dez/19
Conferência procedimental	28/mai/19	Envio depósito e publicação em DR, boletim municipal, comunicação social	3/jan/20
Receção de parecer final	17/jun/19	Publicação DR	18/jan/20

6. Constituição da Equipa Técnica e Acompanhamento

6.1. Equipa Técnica

6.1.1. Os trabalhos relativos a este procedimento de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Braga serão realizados pelo corpo técnico do Município de Braga, tendo como gestor do procedimento, para efeitos do cumprimento do disposto no artigo n.º 55º do Código de Procedimento Administrativo, a Chefe de Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana.

6.1.2. Não obstante, a coordenação do trabalho realizado será repartida pelo Sr. Diretor do Departamento de Ordenamento do Território, e pela referida Chefe de Divisão.

6.1.3. Contribuirão a tempo inteiro, todos os elementos da Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana, que contempla as valências de Urbanismo, Arquitectura, Engenharia Civil, Geografia e Planeamento, Gestão do Património e Engenharia do Ambiente.

6.1.4. Contribuirão, sempre que se revelar necessário, técnicos das seguintes unidades orgânicas: Infraestruturas e Espaço Público, Mobilidade, Cultura, Património, Arqueologia, Educação, Desporto,

Turismo, Ambiente, Proteção Civil, Gabinete Florestal, Gestão Urbanística, Gestão Financeira, Fundos Comunitários e Serviços Jurídicos.

6.2. Entidades de Acompanhamento

6.2.1. Tendo em consideração a constituição da Comissão de Acompanhamento do processo de revisão do PDM de Braga, entende-se que será expectável que o acompanhamento dos trabalhos de alteração por adaptação impliquem o envolvimento das seguintes entidades da Administração Central e Municípios contíguos:

CCDRn – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	DRAPN – Direção Regional da Agricultura e Pesca do Norte
APA – Agência Portuguesa do Ambiente, Administração da Região Hidrográfica do Norte	GNR – Guarda Nacional Republicana de Braga
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	ICP-ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	DREN – Direção Regional de Economia do Norte
ARSN – Administração Regional de Saúde do Norte	DREN – Direção Regional de Educação do Norte
TP – Turismo de Portugal, IP	INR – Instituto Nacional para a Reabilitação
REN – Rede Elétrica Nacional	DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil	DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude	Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso
IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes IP	Câmara Municipal de Guimarães
REFER – Rede Ferroviária Nacional	Câmara Municipal de Famalicão
	Câmara Municipal de Amares

6.2.2. Serão igualmente chamadas a participar neste procedimento os representantes das Autarquias Locais e do Setor Empresarial Local.

A Chefe de Divisão, _____